

Defesa de Protógenes quer investigação de vazamento de inquérito

O advogado do delegado Protógenes Queiroz, Luiz Fernando Gallo, cobrou nesta segunda-feira (9/3) investigação sobre o vazamento de informações do inquérito da Operação G, que apura abusos de seu cliente durante a Operação Satiagraha, segundo informou a *Folha Online*. Reportagem da revista *Veja* deste final de semana revela que a investigação descobriu uma rede clandestina de espionagem capitaneada pelo delegado.

Os grampos atingiram membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, diz a revista. Também foram investigados ilegalmente advogados, jornalistas e até o filho do presidente Lula, Fábio Luis. Segundo o que foi apurado, o delegado chegou a afirmar que agia sob as ordens de Lula.

“Tem uma pergunta que precisa ser feita: se o meu cliente foi indiciado pelo vazamento de uma operação policial, eu quero saber quem vai apurar o vazamento do vazamento”, afirma Gallo em entrevista à *Folha Online*.

Segundo o advogado, o vazamento do inquérito compromete a continuidade da investigação. No entanto, ele afirma que não deve entrar na Justiça por conta da reportagem. “Não pretendo entrar com nenhuma medida porque meu cliente não foi indiciado no processo. Quem tem que apurar isso é o Ministério Público Federal e a Polícia Federal”, afirma. Nesta segunda, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, prometeu finalizar a investigação nos próximos dias.

Gallo também reclama que foi pressionado para não vaziar as informações do inquérito. “Eu fui muito pressionado para não vaziar porque se vazasse eu poderia ser preso”, diz o advogado. Ele prefere não apontar suspeitas de onde as informações podem ter saído. O processo tramita em segredo de Justiça na 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo, do juiz Ali Mazloum.

Para o advogado, as acusações contra Protógenes são estratégia de defesa do banqueiro Daniel Dantas. “Às vezes, a melhor estratégia de defesa é o ataque e pode ser isso que está acontecendo contra ele”, diz.

Operação G

A partir do *pen drive* e do computador do delegado e de documentos apreendidos em sua casa, a PF encontrou relatórios que levantam suspeitas graves sobre as atividades de ministros do governo, fotos comprometedoras usadas para intimidar autoridades e gravações ilegais de conversas de jornalistas, conforme publicou a *Veja*.

Os dados mostram que podem ter caído nas garras de Protógenes o senador Heráclito Fortes (DEM-PI); o ministro Geddel Vieira (Integração Nacional); a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil); o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos); o ex-ministro José Dirceu; o secretário particular de Lula, Gilberto Carvalho; o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal; o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; e o governador de São Paulo, José Serra (PSDB).



O inquérito que apura os desvios de Protógenes revela também que os agentes da Agência Brasileira de Inteligência participaram ativamente da Satiagraha. Pelo menos 84 agentes e oficiais de inteligência foram mobilizados na operação. As investigações mostram que o delegado mentiu quando disse que assessores do ministro Gilmar Mendes jantaram com o advogado de Daniel Dantas, Nélio Machado. Na foto do jantar, apreendida junto com o material clandestino, não há assessores do STF.

Além disso, a investigação indica que Protógenes privatizou e terceirizou os trabalhos de inteligência para prender o banqueiro Daniel Dantas. Como revelou a revista **Consultor Jurídico**, em seu relatório, a PF aponta quais foram os jornalistas da TV Globo que filmaram e editaram a reunião em que intermediários do banqueiro supostamente tentam subornar um delegado da PF. Além dos jornalistas da Globo, Protógenes teria mobilizado para o trabalho policial a equipe do detetive particular Eloy de Lacerda (especialista em grampos ilegais) e do empresário Luís Roberto Demarco (especialista nas tramas de Daniel Dantas).

As buscas dos computadores ocorreram na madrugada de 5 de novembro e atingiram cinco apartamentos de Protógenes e seus familiares, em São Paulo, no Rio e em Brasília. Na ocasião, a PF apreendeu celulares, laptop e dois pen drives de seu uso pessoal.

Autores: Redação Conjur